

## RADAR

# A Reforma Universitária em miúdos

Para quem queria entender o porque de o Movimento Docente se posicionar contra a Reforma Universitária do governo federal, também chamada de "Contra-Reforma Universitária", foi um prato cheio a palestra no Auditório Lói Trindade Berneira, campus da UFSM, no dia 25 de abril. Ela foi efetuada pela coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, também 2ª vice-presidente da Regional São Paulo do Sindicato Nacional, Lighia Matsushigue. Com o título "As diversas faces da Reforma Universitária", ela falou para algumas dezenas de pessoas, numa platéia formada por estudantes e professores.

A abertura da palestra foi em tom de contestação, com as palavras do Vice-presidente Regional Rio Grande do Sul do ANDES, Fernando Molinos Pires, que afirmou que a Reforma do Ministério da Educação (MEC) é um "ataque à universidade pública". Ele disse que, como a situação está hoje,



Lighia critica a "reforma" em palestra no Auditório da Química

não há recursos para as inovações e, dessa forma, haverá uma expansão desordenada. O professor também listou algumas mudanças na conjuntura social e econômica do país, como o congelamento dos salários dos servidores.

A explanação da professora Lighia Matsushigue, que coordena o GTPE e analisa criticamente a proposta educacional do governo, foi toda baseada em estatísticas. "Apenas 3,5% de toda a riqueza arrecadada no país é investida em educação",

informou, complementando que não há como falar em educação de qualidade sem reverter esse quadro. Para ela, existem falácias no projeto de educação do governo, como a má aplicação das verbas, a educação básica sem estrutura e a Educação a Distância (EAD).

Lighia diz também que não faltam vagas na educação superior do Brasil e sim uma carência de qualidade nessas vagas. De acordo com o estudo feito pela professora sobre o projeto do governo, o resultado pode gerar uma "desregulamentação do ensino superior privado, com acentuados efeitos maléficis, devido a privatização que se faz no conjunto da educação superior". Entre os fatores causadores está a contratação de profissionais sem preparação. "Há mais de 20 emendas que visam ao rebaixamento das exigências sobre as universidades, enquanto para a educação pública, o aumento insustentável de vagas, sem o financiamento pode causar enormes prejuízos à sociedade e ao país".



## Revista

Molinos (e) e Fabiane em audiência com João Manoel Rossés

Neste mesmo dia (25 de abril), foi feita a entrega de um material contendo um exemplar da revista 'Universidade e Sociedade' e outro da publicação mensal do ANDES-SN ao professor João Manoel Espina Rossés, chefe de

gabinete do Reitor da UFSM. Ele recebeu por alguns instantes o representante da Regional RS do ANDES-SN, professor Fernando Molinos Pires, e a vice-presidente da SEDUFSM, professora Fabiane Costas.

## Professor Equivalente

Com a Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22 de 30/04/2007, que altera significativamente o critério de concessão de vagas docentes de 3º grau, as universidades ganham autonomia para fazer concursos e prover cargos ou contratar substitutos, sem necessidade de autorização específica do governo, desde que haja cargo vago. De outra parte, a nova medida cria um novo conceito, denominado de professor-equivalente, que passa a ser a medida do banco de vagas de cada Instituição.

O cálculo do número de professores-equivalentes leva em conta o Regime de Trabalho e o fato do Professor ser efetivo ou substituto. Para chegar ao valor do banco de professor-equivalente, deve-se multiplicar o número de docentes do quadro atual pelos fatores: 1,55 para DE, 1,00 para 40h, 0,5 para 20h, esses para efetivos e respectivamente 0,8 ou 0,4 para substitutos 40h e 20h.

## Ronaldo Mota defende projeto do governo

O Ministério da Educação tem em seus quadros, numa das secretarias mais importantes no que se refere às universidades, um docente da UFSM. É o professor Ronaldo Mota, que pertence ao departamento de Física. E o titular da Secretaria de Ensino Superior (SESu) no dia 9 de maio já recebeu dirigentes do ANDES- Sindicato Nacional. Mota, como era de se esperar, defendeu as medidas do governo para a área do ensino e também garantiu que o projeto da Reforma Universitária (7.200/06) não será retirado do Congresso. Informou que o ministro Fernando Haddad deverá se reunir em breve com o presidente da Câmara dos Deputados para tratar do assunto.

Os dirigentes do ANDES-SN enfatizaram a necessidade de o governo tratar conjuntamente as carreiras de professores do 1º, 2º e 3º grau e a retomada do GT Carreira do MEC. Os professores também solicitaram esclarecimentos sobre financiamento da educação, sobre as medidas que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e sobre a reforma universitária do governo.

A representação do Sindicato Docente lembrou que o programa de governo de Lula durante a campanha eleitoral de 2002 defendia a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE), o que não se confirmou durante o governo, e que os investimentos públicos em educação no Brasil estão entre os mais baixos do mundo.

"O ajuste fiscal de longo prazo previsto no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) aponta para um estrangulamento ainda maior desse financiamento", observou Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN. O secretário da SESu defendeu o que considera avanços no financiamento da educação superior.

Os docentes insistiram com Ronaldo Mota de que o sindicato gostaria de tratar dos temas com a SESu em termos de política orçamentária para os próximos anos. Também falaram sobre salário. O grupo informou ao secretário que as seções sindicais do ANDES-SN estão discutindo uma proposta de malha salarial que contemple as reivindicações da categoria. A proposta será enviada à SESu logo após sua conclusão. Os representantes do ANDES-SN destacaram também o fato de que os professores em regime de 20 horas percebem complementação para que seus salários atinjam o valor do salário-mínimo.

Além de Paulo Rizzo, participaram da audiência os seguintes dirigentes sindicais: Agostinho Beghelli, Luiz Henrique Schuch, José Vitório Zago e Lighia Brigitta Matsushigue. No final da audiência, Rizzo entregou um abaixo-assinado de estudantes denunciando o não pagamento das bolsas do Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF) da CAPES. Mota e André Lázaro, secretário executivo adjunto do MEC, afirmaram desconhecer o problema e se comprometeram a buscar informações.